



SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, FAMÍLIA E TRABALHO  
DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS E CIDADANIA  
COORDENAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MIGRANTES, REFUGIADOS E APÁTRIDAS

1 Ao vigésimo quarto dia do mês de outubro de dois mil e dezenove, às nove horas, na sala  
2 de gestão do Palácio das Araucárias, situado à Rua Jacy Loureiro de Campos, S/N, ao  
3 bairro Centro, Curitiba – PR. Deu-se início a Reunião Ordinária do **CONSELHO ESTADUAL**  
4 **DOS DIREITOS DOS REFUGIADOS, MIGRANTES, E APÁTRIDAS – CERMA**, fizeram-se  
5 presentes, conforme convocação os conselheiros **Titulares Governamentais**: João  
6 Guilherme De Mello Simão (SEJUF-DEDIF), Lucimar Pasin Godoy (SESA), Joice  
7 Barbaresco (SEED), Denilto Laurindo (Governadoria-SUDIS), Yuri Roesler da Cunha  
8 Rodrigues, Maria Gorete Brotti (SETI), Luciane Taline da Costa (Suplente – SEJUF-DAS) e  
9 não sendo o conselheira, porém representando a SECC, a Sra Inês Koguisi Morikawa  
10 **Titulares da Sociedade Civil**: Juliana Mara da Silva (CRESS), Cassiana Kreher (Aldeias  
11 Infantis SOS), Deusa Rodrigues Favero (Caritas Londrina), Maria Terezinha Ponce (Cáritas  
12 Regional Curitiba), Ana Sofia Guerra (CRP) e Marcos Vinícius Regazzo (Suplente – Cáritas  
13 Regional Paraná) **Representantes**: Professor Nicolas Floriani (Convidado-SETI), Dr<sup>a</sup> Lina  
14 Tieco Doi (OAB Paraná), Levi José Diniz (Pastoral do Migrante de Curitiba), Maria Beatriz  
15 Maia (UFPR), Abiamael Mardegan (SEJUF-DET), Isabela Traub (CAOPJDH - MPPR),  
16 Roselene Sonda (CAOPJDH – MPPR), Julia Maurer (CAOPJDH – MPPR).

17 As nove horas deu-se início a reunião das comissões. Não havendo quorum completo em  
18 algumas comissões, foi proposto e aprovado a junção da reunião de algumas comissões  
19 para o melhor aproveitamento dos trabalhos. As dez horas deu-se início a plenária com a  
20 aprovação da pauta da reunião. A conselheira Ana Sofia Guerra (CRP) fez a leitura da  
21 pauta. A conselheira Juliana (CRESS) fez uma observação sobre o ponto de pauta que  
22 dizia respeito a aprovação das atas, e da impossibilidade de fazê-lo uma vez que as atas  
23 não haviam sido enviadas a tempo para leitura. O conselheiro João Guilherme (SEJUF-  
24 DEDIF) justificou que havia previsão de receber a tempo da reunião, a ata de maio,  
25 elaborada pelo Núcleo de apoio aos Conselhos da Secretaria de Justiça, porém não foram  
26 entregues a tempo de maneira a constar apenas em aberto a Ata de abril para aprovação,  
27 e a Carta de Paranaguá, referente à reunião do mês de junho. A Presidente Márcia Ponce  
28 fez menção reiterada a dificuldade com as atas atrasadas e da complexidade em fazer a  
29 discussão de um tema sem contar com memória do acontecimento. Logo, a mesma fez  
30 solicitação de alteração na sequência na pauta, antecipando a plenária das comissões e a  
31 leitura da Ata do mês de abril. A conselheira Ana Sofia (CRP) explanou que a leitura da ata  
32 disporia de muito tempo, conforme já acontecido em outras reuniões e sugeriu que o ponto  
33 fosse retirado de pauta e a leitura fosse feita em particular por conselheiro. A Presidente  
34 Márcia Ponce fez a solicitação que todas as atas em atraso sejam então enviadas por e-  
35 mail antecipadamente. No mesmo ato, também solicitou a disponibilização dos documentos  
36 do conselho na página web da Secretaria de Justiça. A Conselheira Maria Gorete (SETI)  
37 fez memória de que na reunião do mês de setembro foi-se sugerido que a conselheira Ana  
38 Sofia, secretária-geral, colaborasse com o Núcleo de Apoio aos conselhos na confecção



SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, FAMÍLIA E TRABALHO  
DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS E CIDADANIA  
COORDENAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MIGRANTES, REFUGIADOS E APÁTRIDAS

39 das atas em atraso. O conselheiro João Guilherme (SEJUF-DEDIF) justificou dizendo que  
40 a sugestão não foi levada adiante, pois é uma atribuição e competência da Secretaria de  
41 Justiça, não sendo justo passar a função adiante. A conselheira Ana Sofia disse que em  
42 reunião com a Diretora do Departamento de Direitos Fundamentais, Dra. Regina Bley, foi  
43 tratado do assunto da contratação de pessoal de mais pessoal para a elaboração das atas.  
44 A Presidente Márcia Ponce ponderou que o setor responsável não cuida somente da ata  
45 deste conselho, senão de outros também, inclusive encontrando-se todos os Conselhos de  
46 Direitos vinculados a Secretaria de Justiça, com atas em atraso. A Presidente seguiu  
47 dizendo ainda que é necessário a constituição de uma força tarefa para confeccionar estas  
48 atas, pois é necessário ter as atas do CERMA em dia até o fim do ano, e que é incongruente  
49 que este tema ainda não tenha sido solucionado. Foi solicitado também um informe técnico  
50 formal da Secretaria de Justiça sobre a situação das atas em nível de conselhos. A  
51 presidente explanou que estas devolutivas serão necessárias para poder tomar todas as  
52 providências necessárias. Encerrada a discussão, foram aprovadas as alterações de pauta.

53 **1. Relato das Comissões. 1.1** A primeira comissão a relatar foi a comissão de Gestão da  
54 Informação em junção com a comissão de Comunicação e eventos. A conselheira Deusá  
55 (Caritas Londrina) fez o relato. Foi colocado em debate qual o papel e a competências das  
56 comissões respectivamente. Também foi colocado em discussão sobre uma ação proposta  
57 na gestão 2015 a 2018 de enviar fichas a todas as instituições que trabalham com migrantes  
58 no Estado do Paraná para poder realizar um mapeamento sobre o trabalho com migrantes.  
59 O mapeamento ajudaria a saber sobre números mais aproximados dos atendimentos e as  
60 demandas existentes e das instituições que realizam o trabalho, pois os atuais números  
61 são conflitantes e pertencem a instâncias superiores, e logo não possuem a totalidade das  
62 informações necessárias para um trabalho mais regionalizado. A proposta foi que a  
63 comissão de gestão de informação irá elaborar um novo instrumental para que seja enviado  
64 a todas as instituições do Estado. Também foi solicitado que os dados devolutos sejam  
65 compilados e organizados pela SEJUF. Esta ação foi proposta a ser realizado de médio a  
66 longo prazo. A conselheira Maria Gorete (SETI) lembrou que foi realizado um  
67 levantamento sobre o trabalho nas Universidades Estaduais por ocasião de um pedido feito  
68 pela Associação de Venezuelanos em Foz do Iguaçu e que esta ação é um exemplo da  
69 necessidade de dar resposta as demandas solicitadas. A conselheira exemplificou que a  
70 Coordenação de Curso de Línguas das Universidades Estaduais solicitou a SETI que  
71 levasse ao CERMA o pedido do número de demanda para curso de português por cidade  
72 e região e que dada a dificuldade em realizar um mapeamento destes dados, não foi  
73 possível dar uma resposta suficiente. A conselheira Maria Gorete seguiu dizendo que esta  
74 discussão sobre mapeamento é algo muito sério e que o resultado do mapeamento não  
75 pode ser um fim em si mesmo. É necessário dar respostas concretas. A Presidente Márcia  
76 Ponce lembrou que a discussão sobre um mapeamento já foi discutida e encaminhada  
77 no CERMA em vários momentos. Também lembrou que foi encaminhado para que o Centro



SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, FAMÍLIA E TRABALHO  
DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS E CIDADANIA  
COORDENAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MIGRANTES, REFUGIADOS E APÁTRIDAS

78 Estadual de Informação do Migrante (CEIM) fizesse este trabalho. A Presidente disse que  
79 o Regimento Interno do CERMA faz várias menções sobre a gestão de dados como uma  
80 atribuição do Conselho. O conselheiro João Guilherme (SEJUF-DEDIF) disse sobre a  
81 dificuldade atual da SEJUF em realizar um trabalho manual de mapeamento. Comentou  
82 que a SEJUF criou uma coordenação de inteligência e inovação e da possibilidade de criar  
83 um sistema mais otimizado parecido ao já usado para atendimento no CEIM. A conselheira  
84 Deusa (Caritas Maringá) comentou que este sistema justamente é resultado das fichas que  
85 foram enviadas como ação na gestão anterior e que a Caritas Maringá e outras instituições  
86 também usavam este sistema. Porém, os sistemas não eram integrados. O conselheiro  
87 João Guilherme (SEJUF-DEDIF) sugeriu a otimização e integração desse sistema. A  
88 Presidente Márcia disse que são duas ações diferentes, uma ação diz respeito as  
89 instituições que realizam trabalho com migrantes e outra ação é um mapeamento dos  
90 migrantes. Também sobre a primeira ação, se o CEIM teria condições de armazenar,  
91 compilar e gerir estes dados. A conselheira Luciane (SEJUF-DAS) comentou que esta  
92 gestão de dados não pode ser feita por outro setor da SEJUF senão o CEIM pela  
93 probabilidade desta ação ficar congestionada as várias outras atribuições deste setor, e que  
94 o CEIM possui capacidade para fazê-lo. A Conselheira Maria Gorete explanou sobre a  
95 segunda ação de mapeamento sobre quem é o público alvo das ações propostas para a  
96 elaboração do Novo Plano Estadual. A Conselheira Ana Sofia (CRP) explicou sobre qual a  
97 motivação do envio destas propostas do COTERMA as secretarias e que a informação de  
98 público alvo e as proposições da conferência são informações diferentes. A conselheira  
99 Deusa (Caritas Maringá) perguntou se o CEIM tem capacidade de realizar então esta  
100 gestão de informação sobre o mapeamento das instituições em primeiro momento. O  
101 conselheiro João Guilherme (SEJUF-DEDIF) explicou que o CEIM se encontra  
102 sobrecarregado com os atendimentos e que existe alguma complexidade logística, de  
103 pessoal e de gestão para assumir esta função, mesmo que esta função esteja prevista nas  
104 competências do CEIM. Neste sentido sugeriu que seja adotada outra estratégia e  
105 metodologia de mapeamento, dando como exemplo os Escritórios Regionais da SEJUF. A  
106 conselheira Ana Sofia (CRP) solicitou oficial o CEIM e a SEJUF das competências e  
107 funções Centro Estadual e de que quais as razões da impossibilidade de realizar esta  
108 função proposta. O conselheiro João Guilherme (SEJUF-DEDIF) expôs o Decreto que erigiu  
109 o CEIM e explicou das suas competências. A Presidente Márcia Ponce disse que o CEIM  
110 executa uma função que deveria ser realizado a nível municipal e de responsabilidade do  
111 município, e que sendo um órgão estadual, deveria ampliar e redirecionar as suas  
112 atribuições. **A proposta final encaminhada foi oficial o CEIM sobre das suas**  
113 **atribuições e competências e da ação de envio das fichas de mapeamento e gestão**  
114 **dos dados devolutos.** O professor Nicolas (convidado-SETI) perguntou sobre de que  
115 forma as Universidades Estaduais poderiam colaborar com esta ação e de que forma  
116 poderia haver esta integração com o CEIM. A Presidente Márcia disse que este ofício faça



SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, FAMÍLIA E TRABALHO  
DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS E CIDADANIA  
COORDENAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MIGRANTES, REFUGIADOS E APÁTRIDAS

117 também uma sugestão para que o CEIM busque formas operacionais de dar viabilidade a  
118 proposta. A conselheira Maria Gorete disse que a metodologia a ser adotada é oficial o  
119 CEIM e que o mesmo busque esta operacionalidade. A presidente Márcia Ponce também  
120 recordou das demais atribuições da Comissão de Gestão de Informação sobre a produção  
121 de materiais e da possibilidade de voltar a fazê-lo. A mesma comentou que em conversa  
122 com a direção do Departamento de Direitos Fundamentais, foi apresentada a viabilidade de  
123 fazer materiais informativos e orientativos e que existe orçamento para tanto. Também disse  
124 que existe um guia finalizado e impresso nas dependências da Secretaria, porém que o  
125 material não foi entregue por contar com uma arte gráfica da gestão estadual anterior e isto  
126 estava embargando a entrega do material. Outro ponto foi o comentário sobre a confecção  
127 de banners para colocar no Aeroporto Afonso Pena e na rodoferroviária de Curitiba que  
128 fossem elaborados pela SEJUF com informações para migrantes sobre o CERMA e sobre  
129 orientações e informações. **1.2** A segunda comissão a relatar foi a Comissão de Garantia  
130 de Direitos. A conselheira Juliana (CRESS) fez o relato. **A comissão fez a proposição**  
131 **sobre oficial as secretarias do município de Curitiba** que sejam afins a Política  
132 Migratória uma vez que o Gabinete do Sr. Prefeito de Curitiba não respondeu a ofício  
133 enviado pelo CERMA sobre quais eram os serviços prestados aos migrantes no Município  
134 de Curitiba. Os serviços comentados dizem respeito a políticas de assistência social, saúde,  
135 educação e trabalho. **A segunda proposição foi de criar um grupo de trabalho para**  
136 **tratar do tema da Interiorização de Venezuelanos no Paraná.** A proposta também de  
137 convocar e convidar outras instituições governamentais e autárquicas que possam dar  
138 apoio a interiorização pois o formato atual gerido apenas pelo Governo Federal apresenta  
139 falhas que acontecem antes, durante e após a interiorização e gera problemáticas após o  
140 traslado que precisam ser pensadas antes de fazer a interiorização, causando ainda mais  
141 situações de vulnerabilidades. A presidente Márcia Ponce levantou a necessidade de saber  
142 quais ofícios já foram enviados e quais possuem resposta, e também de elucidar quem  
143 elaborará os ofícios propostos nesta reunião e do envio dos mesmos. Comentou que a  
144 gestão anterior possuía como metodologia que as comissões passassem a secretaria  
145 executiva quais pontos deveriam ser tratados para que a mesma redija o ofício. O  
146 conselheiro João Guilherme (SEJUF-DEDIF) disse que esta prática pode continuar e  
147 perguntou qual membro da comissão passará os apontamentos a secretaria executiva. A  
148 Presidente Márcia Ponce disse que cada comissão possui um coordenador e um relator e  
149 que os mesmos poderiam fazer essa função. A conselheira Ana Sofia (CRP) fez memória  
150 de quais eram os coordenadores e relatores na respectiva ordem: **Comissão de**  
151 **Comunicação e Eventos tem como coordenador a SECC e como relatora a Aras**  
152 **Maringá; Comissão de Garantia de Direitos tem como coordenador a Casa Civil e**  
153 **como relatora a Aldeias Infantis SOS; Comissão de Gestão da Informação tem como**  
154 **coordenador a SEDS e como relatora a Caritas Londrina; Comissão de**  
155 **Monitoramento de Políticas Públicas tem como coordenador a SEED e como relatora**



SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, FAMÍLIA E TRABALHO  
DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS E CIDADANIA  
COORDENAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MIGRANTES, REFUGIADOS E APÁTRIDAS

156 a **SESA**. Sendo assim, a Presidente Márcia Ponce sugeriu a adoção desta prática como  
157 operacionalidade para os ofícios. Também pontuou que a questão da interiorização seja  
158 assumida pela comissão de Garantia de Direitos. O Professor Nicolas (convidado-SETI)  
159 perguntou sobre em que consiste a Interiorização, ao que a Presidente Márcia Ponce fez  
160 uma breve explicação sobre o programa de interiorização de Venezuelanos e as suas  
161 modalidades, executado pelo Governo Federal. Também explanou sobre um relatório  
162 atualizado até o mês de agosto sobre os números e dados da interiorização e que o Paraná  
163 é o terceiro Estado que mais recebeu venezuelanos pelo programa. A Presidente sugeriu  
164 que a comissão tenha uma data prevista para a primeira reunião e quais órgãos poderiam  
165 contribuir. **1.3** A terceira a relatar foi a Comissão de Monitoramento de Políticas Públicas. A  
166 conselheira Ana Sofia (CRP) fez o relato. A comissão discutiu sobre as ações dos  
167 municípios e ou em parceria com os mesmos. A comissão debateu a necessidade de  
168 compartilhar mais algumas informações ou comunicar sobre os futuros eventos dentro do  
169 espaço do CERMA e pelos canais oficiais para que as boas propostas que acontecem  
170 também cheguem a todos os conselheiros. Foi comentado da experiência da conselheira  
171 Andressa Gongora (ARAS Maringá) do relacionamento que está sendo feito com a  
172 Prefeitura de Maringá e demais instituições de Maringá e região. Foram feitas inúmeras  
173 reuniões e articulações para a criação de um Conselho Municipal. A comissão apresentou  
174 a proposta de oficial convidando a Prefeitura de Curitiba para que possa apresentar suas  
175 ações para com os migrantes, e que na sequência se convide outras prefeituras para  
176 realizar também o mesmo para que haja essa troca de experiência. A proposta é que esse  
177 intercâmbio seja feito na reunião do mês de dezembro. **A conselheira Juliana (CRESS)**  
178 **comentou se seria possível reunir no mesmo ofício, apresentado anteriormente pela**  
179 **Comissão de Garantia de Direitos, as duas informações, ao que a plenária decidiu**  
180 **então encaminhar desta forma.**

181 **2.0 Protocolos dos ofícios enviados as Secretarias sobre o Plano Estadual.** A  
182 Presidente Márcia Ponce iniciou a discussão dizendo que o tema já foi debatido  
183 incansavelmente e que o encaminhamento dos protocolos deveria haver sido enviado no  
184 mês de julho, porque havia necessidade de ter uma resposta prévia das secretarias ao  
185 menos até outubro, porém só foi enviado em setembro. A Presidente seguiu explicando  
186 qual a origem do encaminhamento, iniciado com o resultado da Conferência Temática  
187 realizada em dezembro de 2018, e recordou qual finalidade das propostas, que é a  
188 construção de um novo Plano Estadual com vigência de três anos. A conselheira Luciane  
189 (SEJUF-DAS) perguntou se a secretaria executiva enviou o protocolo para o Departamento  
190 de Assistência Social da Secretaria de Justiça, ao que o conselheiro João Guilherme  
191 (SEJUF-DEDIF) confirmou o envio. O Conselheiro Denilton (GOVERNADORIA-SUDIS)  
192 disse que recebeu o protocolado e que a SUDIS decidiu encaminhar convocando uma  
193 reunião com as secretarias de Estado provocadas no assunto em discussão, e que a





SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, FAMÍLIA E TRABALHO  
DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS E CIDADANIA  
COORDENAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MIGRANTES, REFUGIADOS E APÁTRIDAS

194 sugestão é que cada órgão traga os encaminhamentos a essa reunião. A conselheira Maria  
195 Gorete (SETI) disse que o protocolado foi respondido com a contribuição que chegou de  
196 cada Universidade Estadual e questionou se este era o método a ser usado e se as  
197 respostas eram a contento dos pontos tratados no ofício que deu início ao protocolo. A  
198 conselheira Ana Sofia (CRP) disse que a metodologia do Plano Estadual anterior foi que os  
199 dados foram fornecidos pelas secretarias e foram compilados e organizados pela SEJU.  
200 Inclusive é preciso fazer uma reflexão de cada devolutiva pois na metodologia anterior  
201 houve respostas que expunham que a proposta enviada para a secretaria não eram  
202 atribuição da mesma. A Presidente Márcia Ponce comentou que em 2015 houve um  
203 seminário estadual no qual as instituições convidadas deram suas contribuições para o  
204 Plano Estadual anterior. Também os processos da COMIGRAR e SEMIGRAR contribuíram  
205 para esse processo. Também disse que apesar disso, o Plano anterior continha ainda  
206 muitas lacunas. Neste sentido muitas destas propostas do Plano já foram implementadas  
207 e para tal a Presidente disse a conselheira Maria Gorete que a ideia agora é provocar  
208 nossas propostas e ações além do trabalho já realizado. A conselheira Maria Gorete (SETI)  
209 comentou que a UNESPAR seguindo a proposta abriu um curso de português, porém que  
210 a proposta não foi adiante por não apresentar demanda, pela mesma questão de dados,  
211 como já foi discutido anteriormente. E que isto possa acontecer outra vez com o novo Plano.  
212 A Presidente Márcia Ponce disse que os relatórios sobre a Interiorização de Venezuelanos  
213 podem colaborar com esta lacuna da falta de dados, apontando os locais e possíveis  
214 números sobre a presença dos migrantes. **A Presidente Márcia encaminhou então como**  
215 **proposta o encaminhamento que foi sugerido pela SUDIS, e a proposta foi aprovada**  
216 **pela plenária.** A plenária da manhã então foi encerrada para almoço.

217 As treze horas e trinta minutos foram iniciados os trabalhos da Plenária da parte da tarde  
218 com a sequência da pauta. Com a ausência da Secretária Ana Sofia (CRP) a Presidente  
219 Márcia Ponce perguntou se algum outro conselheiro poderia secretariar a reunião, e sugeriu  
220 que a Sra. Ana Belli, nova estagiária do departamento de Direitos Fundamentais pudesse  
221 fazê-lo, ao que aceitando, a mesma aproveitou a oportunidade para se apresentar ao  
222 CERMA. Em seguida foi realizada uma breve apresentação de todos os presentes na  
223 plenária na parte da tarde. A Presidente Márcia Ponce fez leitura da pauta para o período  
224 da tarde. A conselheira Deusa solicitou uma alteração de pauta antecipando a discussão  
225 da discussão sobre a Lei do CERMA. A conselheira Maria Gorete (SETI) solicitou seguir  
226 com a pauta de forma normal, porém tratando cada tema de forma mais breve para então  
227 tratar da alteração da Lei do CERMA. A metodologia adotada então foi fazer um breve relato  
228 das justificativas de ausência de alguns conselheiros e antecipar então a discussão da Lei.  
229 **3.0 Justificativas de ausência.** O conselheiro João Guilherme (SEJUF-DEDIF) comentou  
230 que recebeu no dia de hoje a justificativa de ausência pela rede social whatsapp da  
231 conselheira Elietti (SECC) e que justamente esse não era o canal e nem o prazo correto e



SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, FAMÍLIA E TRABALHO  
DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS E CIDADANIA  
COORDENAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MIGRANTES, REFUGIADOS E APÁTRIDAS

232 devido para fazer a justificativas. A referida conselheira enviou então um ofício do gabinete  
233 da SECC indicando a substituição dos conselheiros da secretaria. Neste sentido o  
234 Conselheiro João Guilherme (SEJUF-DEDIF) leu os artigos do Regimento Interno que  
235 dispõem sobre as faltas e justificativas de ausência, e que as práticas atuais adotadas por  
236 alguns conselheiros não atendem a estes critérios regimentais, o que tem prejudicado o  
237 andamento das ações do CERMA, para tal é preciso deliberar sobre que medidas tomar  
238 afim de coibir estas práticas e portanto para melhorar a participação nas reuniões. O  
239 conselheiro disse que as justificativas precisam ter mais fundamento e também da  
240 necessidade de comunicar o conselheiro suplente. A Presidente Márcia Ponce reiterou os  
241 argumentos citados acima. A conselheira Lucimar (SESA) disse que os critérios adotados  
242 pelo Regimento Interno já são suficientes, porém que determinar quais critério são  
243 justificáveis é algo subjetivo por ser de competência de cada um determinar o compromisso  
244 que lhe for mais importante. A Presidente Márcia Ponce comentou que as faltas atuais  
245 precisam ser consideradas para que se tome uma decisão a respeito, e que sendo assim,  
246 o caso concreto da Comunidade de Nigerianos e da Pastoral do Migrante de Francisco  
247 Beltrão precisa ser discutido e deliberado. O Conselheiro João Guilherme (SEJUF-DEDIF)  
248 fez a leitura das entidades que são suplentes na sequência do caso de alguma instituição  
249 incorrer em demasiadas faltas e logo ser destituída do CERMA portanto. A conselheira  
250 Lucimar (SESA) comentou que a Comunidade de Nigerianos também é membro  
251 conselheira do CONSEPIR e que também falta as reuniões do mesmo. O conselheiro João  
252 Guilherme fez memória que as duas instituições em discussão já incorreram das três faltas  
253 injustificadas, que ambas foram notificadas. A Pastoral do Migrante de Francisco Beltrão foi  
254 representada pela Prof. Maria Lourdes se fez presente na reunião seguinte a notificação e  
255 que faltou outras três reuniões mais. A Comunidade de Nigerianos decidiu após a  
256 notificação substituir seu conselheiro suplente e também faltou as três reuniões  
257 subsequentes a notificação. A Presidente expôs que a Comunidade de Nigerianos não  
258 participou de nenhuma reunião e que sendo assim encaminha pela destituição da mesma.  
259 Neste sentido, a Presidente comentou que na sequência das entidades, segundo a lista, as  
260 entidades que seguem são a Caritas de Foz do Iguaçu e Caritas de Cascavel, porém  
261 segundo o Regimento Interno uma instituição não pode ocupar mais que três cadeiras no  
262 CERMA entre suas centrais e, ou filiais. **Comentou que ela encaminha por postergar a  
263 deliberação sobre destituição da Pastoral do Migrante de Francisco Beltrão para a  
264 reunião de novembro em Cascavel e a proposta foi aprovada.** Na sequência segue a  
265 entidade CAEBE para ser incluída como membro pleno do Conselho. O conselheiro João  
266 Guilherme (SEJUF-DEDIF) recordou aos demais que ainda segundo o Regimento Interno,  
267 que na impossibilidade de todas as entidades suplentes poderem assumir a vacância, o  
268 CERMA deve chamar uma eleição extraordinária suplementar para a vaga. O Professor  
269 Nicolas (convidado-SETI) questionou se as entidades representam regiões específicas do  
270 Paraná. A Presidente Márcia Ponce disse que esta relação não é automática, porém natural



SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, FAMÍLIA E TRABALHO  
DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS E CIDADANIA  
COORDENAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MIGRANTES, REFUGIADOS E APÁTRIDAS

271 no que se refere a atuação de cada entidade. Continuou dizendo que aguarda a decisão da  
272 reunião de novembro para dar encaminhamento a uma eleição extraordinária, se houver  
273 assim necessidade. **Logo a Presidente Márcia encaminhou pela destituição da**  
274 **Comunidade de Nigerianos e pela convocação da entidade CAEBE, e o**  
275 **encaminhamento foi aprovado pela plenária.**

276 **4.0 Discussão sobre alteração na Lei do CERMA.** O conselheiro João Guilherme  
277 (SEJUF-DEDIF) fez a leitura dos membros escolhidos para o Grupo de Trabalho que  
278 elaborou a minuta de alteração da Lei do CERMA, a saber: Casa Civil, SEJUF, Caritas  
279 Londrina, CRESS, Ministério Público do Paraná, Assembleia Legislativa (Mandato do  
280 Deputado Goura). Foram realizadas quatro reuniões para a construção da minuta que será  
281 anexada a esta ata a seguir. Uma prévia da minuta foi discutida e parcialmente aprovada  
282 na reunião de maio. A proposta exposta pelo conselheiro é de adotar a metodologia da  
283 discussão dos caputs que não foram aprovados na reunião de maio. A conselheira Deusa  
284 (Caritas Londrina) comentou que o Grupo de Trabalho tem expectativa de que os trâmites  
285 formais para a alteração tenham resultado no mês de novembro. Também disse que os  
286 critérios adotados na elaboração da minuta seguiram a motivação de evitar mudanças  
287 posteriores da Lei por ocasião de novas reformas administrativas e que o novo texto  
288 asseguraria esta manutenção pelos termos adotados. O Professor Nicolas (convidado-SETI)  
289 perguntou se seria disponível disponibilizar o texto neste momento. A conselheira Maria  
290 Gorete (SETI) comentou que a minuta deveria ser enviada para leitura antecipadamente. A  
291 conselheira Juliana (CRESS) comentou que o Grupo de Trabalho foi constituído justamente  
292 para fazer a discussão mais complexa e que neste momento a discussão era necessária  
293 pelo ambiente propício da plenária. A Presidente Márcia Ponce e o conselheiro João  
294 Guilherme (SEJUF-DEDIF) fizeram a leitura do texto atual e das propostas de mudanças  
295 respectivamente. o conselheiro João Guilherme (SEJUF-DEDIF) comentou inicialmente  
296 que entre as mudanças foi retirado do texto toda a menção a palavra “estrangeiros” por  
297 denotar o migrante como alguém estranho ou perigoso, e que esta motivação se dá pelas  
298 mudanças similares que ocorreram no texto de Lei Federal treze mil quatrocentos e  
299 quarenta e cinco de dois mil e dezessete. Seguiu-se a leitura das mudanças no inciso nono  
300 do artigo terceiro. Após a discussão, foi aprovada a proposta contida no texto em anexo.  
301 Seguiu-se a leitura das mudanças no inciso sétimo do artigo quinto. Após a discussão, foi  
302 aprovada a proposta contida no texto em anexo. Seguiu-se a leitura das mudanças no inciso  
303 nono do artigo quinto. Após a discussão, não foi aprovada a proposta e a mesma foi  
304 suprimida do texto. Seguiu-se a leitura da proposta de acréscimo do inciso décimo primeiro  
305 ao artigo sétimo. Após a discussão, foi aprovada a proposta contida no texto em anexo. A  
306 conselheira Maria Gorete (SETI) solicitou abstenção na votação deste ponto. Seguiu-se a  
307 leitura da proposta de acréscimo do inciso décimo segundo ao artigo sétimo. Após a  
308 discussão, foi aprovada a proposta contida no texto em anexo. A conselheira Maria Gorete





SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, FAMÍLIA E TRABALHO  
DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS E CIDADANIA  
COORDENAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MIGRANTES, REFUGIADOS E APÁTRIDAS

309 (SETI) solicitou igualmente abstenção na votação deste ponto. Seguiu-se a leitura das  
310 mudanças nos artigos vigésimo nono e trigésimo respectivamente. Após a discussão, foi  
311 aprovada a proposta dos dois artigos contida no texto em anexo. Seguiu-se a leitura da  
312 proposta de acréscimo do artigo trigésimo A. Após a discussão, foi aprovada a proposta  
313 contida no texto em anexo. Encerrada a discussão o conselheiro João Guilherme (SEJUF-  
314 DEDIF) explicou como deve seguir o trâmite do protocolo que deve ser enviado pelo próprio  
315 departamento o qual a política do migrante está vinculada. A Presidente Márcia Ponce  
316 solicitou que o Grupo de Trabalho responsável faça o acompanhamento do trâmite. O  
317 conselheiro Denilton (GOVERNADORIA-SUDIS) comentou que durante o trâmite as  
318 secretarias, que são mencionadas no texto da mudança, darão parecer sobre o mesmo e  
319 que também é necessário realizar uma audiência pública para tratar do assunto. A  
320 Presidente Márcia Ponce solicitou que o Grupo de Trabalho informe os avanços no trâmite  
321 da alteração da Lei. O assunto foi então encerrado.

322 **5.0 Composição da comissão para elaboração do Novo Plano Estadual.** A Presidente  
323 Márcia Ponce solicitou as indicações livres para a composição da comissão. Foi-se  
324 sugerido de maneira espontânea: a Mesa Diretiva do conselho; SEJUF-DEDIF;  
325 Governadoria-SUDIS; Comissão de Direitos Humanos da OAB; a Mestranda Isabella Traub,  
326 no ato representando o CAOP Direitos Humanos do MPR se voluntariou, porém indicou  
327 estar se voluntariando em nome do seu mestrado pela UFPR. Sendo assim a Presidente  
328 Márcia Ponce sugeriu que a mesma providencie um ofício da Instituição UFPR com a  
329 indicação; a conselheira Maria Gorete (SETI) comentou que irá propor a indicação do nome  
330 do Professor Edson Belo de Souza da UEPG em nome da SETI. O conselheiro João  
331 Guilherme comentou que é faculdade também da comissão, conforme o Regimento Interno,  
332 de convidar pessoas com notório saber sobre o tema para contribuir eventualmente aos  
333 trabalhos da comissão. O Professor Nicolas (convidado-SETI) perguntou se a metodologia  
334 dos trabalhos seria igual similar à adotada pelo Grupo de Trabalho de alteração da Lei. A  
335 presidente Márcia Ponce explanou que seria simular no sentido de discutir no grupo e trazer  
336 à plenária para aprovação. A conselheira Lucimar (SESA) exemplificou o processo de  
337 construção do Plano Estadual de saúde, e comentou sobre o trâmite e o cronograma de  
338 trabalho e se seria possível terminar no ano corrente. A mesma seguiu explicando sobre  
339 qual a motivação do Plano conforme já citado como resultado da COTERMA em dois mil e  
340 dezoito. A Presidente Márcia Ponce elucidou sobre a diferença da elaboração do Plano de  
341 caráter orientativo e das propostas obtidas na conferência temática. Também comentou que  
342 se quer construir um Plano mais efetivo e concreto, que contenha orientação coerentes a  
343 atribuição e alcance de cada pasta governamental. A conselheira Lucimar (SESA)  
344 comentou que encontra dificuldades em enviar a devolutiva das propostas da Secretaria da  
345 Saúde pois elas terão definição paralela ao que está sendo discutido no âmbito da  
346 elaboração do próprio Plano Estadual de Saúde, que também está sendo construído no



SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, FAMÍLIA E TRABALHO  
DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS E CIDADANIA  
COORDENAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MIGRANTES, REFUGIADOS E APÁTRIDAS

347 momento e por isso uma orientação estará vinculada ao Plano Estadual dos Migrantes. A  
348 Presidente Márcia Ponce recordou que o Plano é orientativo e não vinculativo, o que não  
349 justifica esta relação. A conselheira Joice (SEED) comentou que é preciso sistematizar  
350 aquilo que o conselho espera ser ideal como fluxo para a elaboração desse Plano. A  
351 conselheira Maria Gorete (SETI) exemplificou suas dificuldades também no âmbito daquilo  
352 que tinha sido comentado pela manhã, quando há problemas em demonstrar as ações sem  
353 dados. O conselheiro Denilton (Governadoria-SUDIS) disse que é preciso assegurar nas  
354 construções de planejamento interno em cada secretaria as ações recortadas para esse  
355 público específico e dar conta assim de responder a demanda apresentada, em vez de  
356 segura-la internamente. A conselheira Lucimar (SESA) comentou que discorda da visão do  
357 conselheiro pois dá a entender que os técnicos ou não tem capacidade de responder a  
358 demanda ou o fazem propositalmente. O conselheiro Denilton (Governadoria-SUDIS)  
359 solicitou retirar dos registros a menção a palavra “competência” por dizer não se tratar deste  
360 motivo a sua fala. A conselheira Lucimar (SESA) diz que em quanto técnica a articulação e  
361 assegurar estas ações específicas internamente devem ser feitas dentro de um processo  
362 responsável e competente. A Presidente Márcia Ponce disse que é preciso ter em conta os  
363 prazos, porém de forma madura e consciente de que este processo será longo e moroso.  
364 A conselheira Joice (SEED) reiterou que delinear um fluxo ideal para a elaboração do Plano  
365 é uma forma de entender conjuntamente e de forma concisa esse caminho. A Presidente  
366 Márcia Ponce explicou em que parte do processo se encontra o Plano e que é preciso fazer  
367 as devolutivas respeitando os prazos. A conselheira Maria Gorete (SETI) disse que os  
368 ofícios enviados as secretarias não contêm prazos. O conselheiro João Guilherme (SEJUF-  
369 DEDIF) comentou que o fato de os ofícios não conterem prazos é porque é a comissão que  
370 foi criada para tratar do assunto que deve se reunir e começar os trabalhos de solicitação  
371 de devolutivas e monitorar o processo. A Presidente Márcia Ponce disse que foi decidido  
372 em plenária que haveria um prazo para devolutivas. A conselheira Maria Gorete (SETI)  
373 sugeriu iniciar os trabalhos da comissão para retomar o ritmo. A conselheira Luciane  
374 (SEJUF-DAS) perguntou se é possível fazer um paralelo aos outros Planos Estaduais para  
375 entender melhor o processo. A conselheira Lucimar (SESA) reiterou suas dificuldades,  
376 porém com relação ao prazo decidiu articular para assegurar as ações específicas em  
377 detrimento do ofício conter prazos ou não. A Presidente Márcia Ponce sugeriu então reunir  
378 as comissões e que estes trabalhos sejam iniciados o mais rápido possível. A conselheira  
379 Joice (SEED), na condição de Vice-presidente encerrou o assunto e fez leitura do próximo  
380 ponto de pauta.

381 **6.0 Relato das reuniões com a Casa Civil e com a SEJUF.** A conselheira Joice (SEED)  
382 comentou sobre a reunião que houve entre as presidências dos conselhos estaduais de  
383 direitos e a Casa Civil do Governo do Estado. A reunião foi chamada pelo Governo para  
384 ouvir as principais demandas e dificuldades de cada conselho. A reunião serviu para



**SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, FAMÍLIA E TRABALHO**  
**DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS E CIDADANIA**  
**COORDENAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MIGRANTES, REFUGIADOS E APÁTRIDAS**

385 entender sobre a organicidade e transversalidade de cada política. No tocante em expor as  
386 dificuldades foi colocado em comum a problemática da falta de pessoal para dar execução  
387 as deliberações que são tomadas nos conselhos e os problemas administrativos, porém a  
388 reunião não apresentou grandes tomadas de decisão. A Presidente Márcia reiterou a fala  
389 da conselheira Joice, e disse que foi comentado também em comum os aspectos positivos  
390 da reunião e a importância. A presidente também percebeu as mesmas dificuldades citadas  
391 acima. Houve a proposta de realizar este formato de reunião ao menos duas vezes ao ano.  
392 A Presidente comentou que expôs na reunião todas as demandas do CERMA em especial  
393 sobre a interiorização de venezuelanos e os problemas administrativos do CERMA.  
394 Também foi comentado inúmeras vezes sobre a ausência dos conselheiros governamentais  
395 em alguns conselhos, o que inviabiliza algumas tomadas de decisão e prejudica o  
396 andamento dos conselhos. Os conselhos colocaram em pauta também a importância das  
397 reuniões descentralizadas. Logo foi tratado sobre a reunião da Mesa Diretiva do conselho  
398 com a SEJUF. A reunião foi realizada com a Diretora do Departamento de Direitos  
399 Fundamentais, Dra. Regina Bley. A Presidente expôs sobre as dificuldades internas do  
400 conselho de maneira a melhorar o andamento do conselho. As dificuldades são inúmeras,  
401 exemplificando, problemas com os documentos do conselho, com as contas dos  
402 conselheiros e solicitações de viagem, e os prazos das ações deliberadas em plenária. A  
403 Presidente comentou que o tema não continha relação com a pessoa do conselheiro João  
404 Guilherme e que as dificuldades se encontram em sobrecarregar o mesmo. O conselheiro  
405 João Guilherme (SEJUF-DEDIF) comentou que todas as demandas apresentadas na  
406 reunião pela Mesa são legítimas e reconhecidas e que é verdade que está sobrecarregado.  
407 Neste sentido a direção do departamento fez uma realocação de pessoal para incrementar  
408 o trabalho com a presença de outro servidor. Também a chegada do novo estagiário é um  
409 reforço valoroso para o setor. Também o setor que faz as atas recebeu mais pessoal para  
410 colocar em dia as atas, pois os atrasos não são exclusivos do CERMA, senão também de  
411 outros conselhos. O conselheiro comentou que com a reforma administrativa o setor  
412 responsável por pelas atas recebeu um grande volume de material pois a SEJUF também  
413 reuniu nesse núcleo o apoio administrativo a todos os conselhos de direitos da antiga SEJU  
414 e da antiga SEDS, tendo assim que dar apoio a quatorze conselhos. O conselheiro também  
415 explanou sobre as cartilhas que estão impressas e não foram distribuídas. A cartilha foi  
416 preparada e impressa no prazo máximo do término do mandato do Governo anterior, de  
417 maneira que com a reforma administrativa todas as instâncias foram reorganizadas e  
418 muitos temas que mereciam uma decisão administrativa e de instância hierárquica,  
419 precisaram esperar até a estruturação, o que levou em torno de sete meses para acontecer.  
420 As cartilhas estão prontas, porém agora apresentam um problema de identidade visual por  
421 conter a identidade do Governo passado, e fazendo referência aos nomes de atores e  
422 instâncias passadas que não compõem mais a administração. Existem algumas opções  
423 como mudar algumas páginas que fazem referência a estas informações ou realizar a



SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, FAMÍLIA E TRABALHO  
DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS E CIDADANIA  
COORDENAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MIGRANTES, REFUGIADOS E APÁTRIDAS

424 entrega da forma como está sem prejuízo ao processo, entretanto necessitam de decisão  
425 superior. Também há a possibilidade de realizar a confecção de uma nova cartilha. A  
426 conselheira Lucimar (SESA) comentou que a cartilha contém o esforço de muitos técnicos  
427 além do investimento público que foi gasto para realizar a cartilha e imprimi-la. A Presidente  
428 Márcia Ponce perguntou ao conselheiro se uma discussão sobre a entrega da cartilha pode  
429 ser iniciada entre a Mesa Diretiva e o Gabinete da SEJUF, pois o tema merece uma atenção  
430 urgente. O conselheiro assentiu, e sugeriu como encaminhamento oficial a SEJUF para a  
431 entrega do material. A proposta não foi aprovada. A conselheira Joice (SEED) comentou  
432 que a decisão ainda precisa passar por uma nova revisão pela comissão de Comunicação  
433 e Evento que possui como atribuição a elaboração de materiais, e neste sentido o material  
434 deve ser enviado a um membro da comissão. **Foi sugerido enviar o material a todos para**  
435 **conhecimento e ao membro da comissão para revisão. Este encaminhamento foi**  
436 **aprovado por todos.** O conselheiro João Guilherme comentou também sobre o tema dos  
437 banners ou totens que foram mencionados pela manhã. Questionou se o conselho  
438 deliberaria sobre a confecção destes. A Presidente Márcia Ponce disse que a decisão já foi  
439 deliberada na gestão anterior do conselho, inclusive também da criação de um canal de  
440 informação e denúncias para os migrantes que constassem nesses materiais propostos. O  
441 conselheiro João Guilherme (SEJUF-DEDIF) disse que a decisão deveria ser renovada pois  
442 a gestão passada do conselho e a SEJU não fizeram o banner. A Presidente Márcia sugeriu  
443 oficial a SEJUF sobre a deliberação sobre estes materiais. A conselheira Joice (SEED)  
444 sugeriu adotar a mesma metodologia da decisão anterior de revisão da arte e informações  
445 do banner ou totem. Foi decidido desta forma e o material será aprovado definitivamente  
446 na próxima reunião. O conselheiro João Guilherme (SEJUF-DEDIF) disse que o site  
447 também está passando por renovação e atualização e contará com as informações novas  
448 e a inclusão dos documentos desta gestão. A Presidente Márcia disse que é preciso  
449 destacar que o envio das atas deve ser feito por correio eletrônico e não pelo site.

450 **7.0 Informes.** A conselheira Joice (SEED) solicitou aos presentes que expusessem  
451 livremente os informes que julgarem necessário. A Presidente Márcia Ponce solicitou  
452 retornar ao tema da alteração da Lei solicitando ao conselheiro João Guilherme que corrija  
453 a informação sobre o nome da comissão de Denúncia e Garantia de Direitos. A informação  
454 foi corrigida e consta corretamente no texto em anexo. O conselheiro João Guilherme  
455 (SEJUF-DEDIF) informou que no dia treze de dezembro de dois mil e dezenove será  
456 realizado em Maringá, numa parceria da SEJUF com a OIM e Aras Maringá uma formação  
457 para servidores públicos sobre migração. Também comentou que neste mesmo momento  
458 está sendo realizada uma formação similar em Toledo, numa parceria das Regionais de  
459 Saúde e Educação com a SEJUF e a OIM. A Presidente Márcia comentou que esses  
460 comunicados das formações sejam compartilhados com os conselheiros via e-mail,  
461 sobretudo porque um dos temas da pauta da formação anunciada é sobre o CERMA e tanto



**SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, FAMÍLIA E TRABALHO**  
**DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS E CIDADANIA**  
**COORDENAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MIGRANTES, REFUGIADOS E APÁTRIDAS**

462 a Mesa Diretiva do CERMA, bem como os conselheiros, deve ser representada. A  
463 conselheira Lucimar (SESA) disse que o evento em Toledo foi iniciativa da Regional de  
464 Saúde e que descuidou informar o conselho porque estava sobrecarregada, porém reitera  
465 a importância de fazê-lo. O conselheiro João Guilherme (SEJUF-DEDIF) reiterou que a  
466 informação será enviada também por e-mail e não somente informada na plenária da  
467 reunião. O Professor Nicolas (convidado-SETI) perguntou se haverá algum canal para a  
468 comissão que trabalhará o Plano estadual. A conselheira Joice (SEED), na condução da  
469 reunião, disse que primeiro será feito a convocação da comissão por e-mail para assim  
470 então iniciar os trabalhos. A conselheira comentou que estava na pauta o tema prestação  
471 de contas e solicitações de viagem. A Presidente Márcia Ponce disse que em conversa com  
472 alguns conselheiros e sanadas as dúvidas, este tema já havia sido superado. A conselheira  
473 Joice (SEED) comentou que se coloca a disposição para sanar dúvidas sobre o tema se  
474 algum conselheiro precisar. Sendo a conselheira, Vice-presidente do conselho, deu a  
475 reunião por encerrada. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata, por mim,  
476 conselheiro João Guilherme de Mello Simão, que após lida por todos os conselheiros, será  
477 aprovada em plenária.